



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo temático: Relações étnico-raciais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais
Políticas sociais

Comunicação Oral

Testemunhando uma experiência empírica de pesquisa pelas lentes de uma estudante de pós-graduação indígena

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira¹

Resumo: Este trabalho escrito em primeira pessoa traz o testemunho de uma estudante de pós-graduação stricto-sensu, mulher, Kaingang, mãe e pesquisadora. Tem como objetivo relatar a experiência de uma indígena em seus vários papéis sociais e com vistas a valorizar importância da compreensão da pesquisa acadêmica pela sensibilidade de alguém que vive, sente e se expressa a partir de um lugar de fala próprio. Este trabalho reflete sobre os vários momentos do passado e do presente, bem como apresenta os três momentos empíricos que a estudante teve ao fazer parte de um projeto de pesquisa que a colocou em terras indígenas de uma outra etnia, os Guarani.

Palavras-chave: Estudante indígena; Pesquisa Indígena; Mulher Kaingang.

Abstract: This work written in the first person brings the testimony of a student of stricto sensu graduate woman Kaingang, mother and researcher. It aims to report the experience of an indigenous woman in her various social roles and with a view to valuing the importance of understanding academic research by the sensitivity of someone who lives, feels and expresses herself from a place of her own speech. This work reflects on the various moments of the past and the present, as well as presents the three empirical moments that the student had as part of a research project that placed her in indigenous lands of another ethnic group, the Guarani.

Keywords: Indigenous student; Indigenous Research; Kaingang woman.

1. INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, peço licença acadêmica para escrever esse trabalho em primeira pessoa do singular pois, como acadêmica Kaingang, faço parte do novo processo de estudantes indígenas nas pós-graduações, das principais universidades do País. Ao longo de décadas nós indígenas, que na maioria das vezes, fomos e ainda somos os próprios, “objetos” de pesquisa, agora aos poucos estamos nos tornando os pesquisadores-sujeitos

¹ Bacharela em Serviço Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade estadual de Londrina. Acadêmica Kaingang



da nossa própria história. Temos escrito, à partir das nossas próprias vivências, relatando a nossa realidade por meio da nosso jeito de ser e de viver, de educar, de comunicar, de organizar, de acreditar em forças superiores, no poder natureza, na forma de relacionar, de amar, de lutar, etc. Desse modo, é possível, que daqui um tempo, observemos grandes mudanças dentro dos mais diversos espaços que nós indígenas começamos a atuar, quem sabe, até dentro das instituições de ensino superior públicas ou privadas, talvez, mais adiante, não nos reprimam tanto quanto agora e nos respeite como povo que sabe o quer e onde quer estar.

Antes de começar a tratar da minha experiência, trago um pouco a respeito dos Guarani, já que não sou dessa etnia, mas sim Kaingang. Segundo Almeida e Mura (2003), no Brasil os Guarani habitam em todos os estados da região Sul sendo: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na região Sudeste estão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ressaltando que esses indígenas ocupam regiões de mata atlântica e faixas litorâneas, no entanto, podemos encontrá-los no estado do Mato Grosso do Sul também.

Segundo Instituto Socioambiental (ISA), no Mapa Guarani Continental 2016, a população Guarani constitui cerca de 85 mil pessoas. No estado do Paraná, de acordo com Amaral (2010), vivem aproximadamente quatro mil Guaranis, morando em nove Terras Indígenas demarcadas² e também nove ainda não demarcadas³. Das nove Terras Indígenas em processo de demarcação, oito ficam na região Oeste do Paraná, e é exatamente nesses Tekoá, assim falado por eles, que a nossa pesquisa se desenvolve. Esse é um termo usado na língua e na cultura Guarani; é o ambiente onde suas relações sociais e costumes se desenvolvem. Segundo Almeida e Mura (2003), tekohá seria o ambiente físico que engloba todo o espaço onde se localiza a comunidade terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. O tekohá deve reunir condições físicas e estratégias que possibilitem uma unidade político-religiosa e territorial. Importa também destacar que é nesse espaço, segundo eles, que acontece o teko “modo de ser” que possibilite a todas as suas manifestações culturais e ancestrais. Para Almeida e Mura (2003, p.267), os Guarani apresentam algumas características peculiares à etnia em relação ao modo de ser Guarani:

² Dentre as nove terras indígenas demarcadas e habitadas por este povo no Paraná são: Mangueirinha (municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho), Rio das Cobras (município de Nova Laranjeiras), Ilha da Cotinga (município de Paranaguá) e demais ilhas do litoral do Paraná (município de Guaraqueçaba); Tekoha Añetete (município de Diamante D'Oeste), Avá Guarani/Ocoí (município de São Miguel do Iguçu), Barão de Antonina e São Jerônimo (município de São Jerônimo da Serra), Pinhalzinho (município de Tomazina) e Laranjinha (município de Santa Amélia). (ISA 2018).

³ As nove Terras Indígenas atualmente ocupadas pelos Guarani e ainda não demarcadas são: Araça'i (município de Piraquara), Tekoha Marangatu (município de Terra Roxa), Tekoha Porã (município de Guaira), Tekoha Araguaju (município de Terra Roxa), Kacanã Porã (município de Curitiba), Palmital do Meio (município de União da Vitória), Ywy Porã e Arai Wera (município de Abatiá). (ISA, 2018).



[...] o ava ñe'ë (ava: homem, pessoa Guarani; ñe'ë: palavra que se confunde com alma) ou fala, linguagem, que define identidade na comunicação verbal;
O tamõi (avô) ou ancestrais míticos comuns;
O ava reko (teko: "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito") ou comportamento em sociedade, sustentado em arsenal mítico e ideológico.

Diante desse contexto de pesquisa, trago aqui neste trabalho minha experiência no formato de testemunho como pesquisadora, e trago minhas primeiras impressões, reflexões, entendimentos e vivência desfrutada em três momentos, numa experiência de campo que eu e toda a equipe tivemos o prazer de viver nas Terras Indígenas dos Avá Guarani no Oeste do Paraná. Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, trago na sequência um pouco do meu passado e do meu presente. Posteriormente, relato os três momentos de pesquisa empírica em que eu estive vinculada enquanto pesquisadora. Por fim, trago algumas reflexões finais sobre essa minha experiência.

2. Minha história

Prestei o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no final de 2005. Esse vestibular é fruto da Lei n. 13.134/01, sendo alterado em 2006, pela Lei n. 14.955/06, que amplia as vagas de 03 para 06, a serem concorridas apenas por candidatos indígenas pertencentes às terras indígenas desse estado. É importante dizer que essa política de Educação Superior Indígena, data do início dos anos de 2000. Essa política tem sido embasada com força nas discussões sobre Ações Afirmativas em todo território nacional. Segundo Amaral,

O conceito de ação afirmativa dos povos indígenas pode caracterizar-se pela definição e pelo encontro de dimensões conceituais e políticas que se articulam entre si e que sinalizam uma diferente perspectiva às políticas afirmativas convencionalmente conhecidas. Sensível às trajetórias, intencionalidades, saberes e pertencimentos dos estudantes indígenas universitários nas universidades públicas, o conceito de ação afirmativa faz sobressair outra ênfase da dimensão coletiva e que se entende orgânica a esses sujeitos, seus grupos e comunidades. Esse conceito também passa a ser caracterizado por uma nova dimensão para a educação escolar indígena afirmando esta modalidade no universo do ensino superior (AMARAL, 2010, p. 139).

Ao ingressar na Universidade Estadual de Londrina pelo processo seletivo do vestibular voltado para os povos indígenas no início de 2006, no curso de Direito, eu tinha 18 anos. Até esta idade eu tinha como local de moradia a Terra Indígena São Jerônimo.⁴ Eu havia acabado de concluir o ensino médio na cidade de São Jerônimo da Serra, pois na Terra Indígena só tinha até o primário. Hoje, importa dizer que aquela realidade das escolas

⁴ A Terra indígena São Jerônimo está localizada no município de São Jerônimo da Serra, tem uma população de aproximadamente 600 pessoas, de 310 kaingang, 230 Guarani e 60 Xetá.



indígenas não existe mais, nem na minha Terra Indígena e nem na maioria das Terras indígenas do Estado do Paraná.⁵

Não posso deixar de enfatizar que esse vestibular específico, também é resultado de anos e anos de lutas e de mobilizações dos indígenas, sobretudo dos professores indígenas, e de alguns movimentos não indígenas que se identificavam com a Educação Escolar Indígena em todo Brasil. Essa questão vem ganhando forças desde a conquista da Constituição Federal de 1988 e desencadeiam nas leis regulamentares ⁶. Nesse sentido, Amaral (2010) afirma que o ingresso dos estudantes indígenas ao ensino superior só foi possível com o reconhecimento da Educação Escolar Indígena, dependendo dos aspectos burocráticos de legalização e reconhecimento pelo Estado. E no que se refere ao ensino superior Amaral (2010, p. 22) expõe que:

Decorrente dos processos de escolarização progressivamente conquistados nas duas últimas décadas pelas sociedades indígenas no Brasil, o ensino superior público vem se tornando, muito recentemente, numa das pautas reivindicatórias do movimento indígena em nível nacional. A universidade, como potencial e institucional espaço de produção e socialização do conhecimento acadêmico-científico e da constituição da inteligência nacional, torna-se alvo de direito e lugar a ser alcançado e ocupado pelos povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos.

Esses anos de universidade tem sido para mim anos de descobertas, lutas e resistências. Eu não tinha imaginava como seria minha vida na cidade, vim morar em Londrina, e logo de início já comecei a ter dificuldades com minha “nova vida”. O modo de vida aqui é o que mais me impacta, muito diferente do modo de vida que eu tinha até então; aqui tudo é vendido, tudo é muito caro, não fazem trocas, como fazemos na aldeia.

O tempo é outro, tudo cronometrado, tudo agendado, com hora marcada. Na terra indígena somos acostumamos a nos encontrar, temos o hábito de nos visitar, desse modo, nos tornamos mais próximos, mais íntimos, mesmo que não tenhamos vínculo familiar.

⁵ No Paraná, a oferta da educação escolar em terras indígenas foi oficialmente estadualizada em 2008, havendo a progressiva assunção da responsabilidade mantenedora das escolas indígenas no Paraná pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (uma população de e do Ensino Médio nas terras indígenas com a construção, reforma e ampliação de escolas indígenas nesses territórios, além da contratação de profissionais indígenas para atuarem nessas unidades aproximadamente 600 pessoas, de 310 Kaingang, 230 Guarani e 60 Xetá. SEED). Esse processo passou a garantir a contratação de professores indígenas bilíngues nesses estabelecimentos escolares, evidenciando a urgente necessidade de formação continuada desses profissionais, ainda não suprida pelo Estado, e que venha a qualificar a escolarização das crianças, jovens e adultos Kaingang e Guarani atendidos pelas escolas estaduais indígenas. Atualmente, estão em funcionamento 37 escolas estaduais indígenas, localizadas em 26 terras indígenas no território paranaense. Com o processo de estadualização da EEI no Paraná, constata-se uma expansão na oferta do Ensino Fundamental.

⁶Três documentos nacionais foram importantes para regulamentar, orientar e fundamentar as ações educacionais que já estavam em curso e as que deveriam ser organizadas a partir deste momento em todo o país: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas publicado pelo MEC em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, de 1999 e revisitado em 2012; e as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, de 1999.



Passado algum tempo, as primeiras dificuldades financeiras começaram a aparecer. No cotidiano da universidade, muitas vezes não conseguindo suprir as necessidades básicas como alimentação, transporte e moradia. Junto delas, também veio as questões pedagógicas, os problemas em conseguir dar conta das disciplinas e acompanhar o curso, pois sempre estudei em escola pública e essa defasagem de ensino se escancara dentro das universidades estaduais, já que a grande maioria das e dos estudantes que ingressam nelas vem de escolas particulares e com ótimo índice de desempenho escolar, e os profissionais e professores que trabalham nelas, também dispõe de auto nível de conhecimento, sendo esses mestres, doutores, e pós doutores. As exigências para um bom desempenho acadêmico e conceituação dos cursos universitários é notório, e não está fora da lógica mercadológica do sistema de ensino do país, que teve sua expansão nas últimas duas décadas, necessitando de pontuações elevadas por excelência e até mesmo para garantia de financiamento do ensino superior, imposta pelo modelo de gestão adotado frente aos padrões competitivos que exigem um ótimo nível de desempenho intelectual, tanto dos decentes quanto dos discentes. Assunto este, pautado nas discussões sobre cotas indígenas e cotas raciais, que tenho participado nos diversos espaços de lutas. Debates que apresentam falas preconceituosas e racistas, revelando o desconhecimento da dívida social histórica desse país ao povo negro e indígena, ao questionar que a nossa entrada poderia acarretar em queda do índice de aprendizado.

Quero aqui ressaltar neste processo algo que me deprimia ainda mais, as relações sociais, a dificuldade de interagir e conviver com os colegas de sala; às vezes tornava uma angústia, eu não conseguia me relacionar, havia um enorme distanciamento entre nós até então, eu não conseguia fazer uma leitura dos reais motivos que tornara essas relações difíceis e angustiantes. A minha dificuldade de fazer uma reflexão crítica sobre esse distanciamento, essa invisibilidade existente entre nós, parecia fazer a parte de toda aquela mudança na minha vida. E, com o passar do tempo, as coisas começaram a piorar ainda mais, e aquela vivência começou a ficar insuportável em todos os sentidos. Dali em diante, foi possível sentir toda a discriminação e o preconceito daquelas pessoas, diversas vezes, era a ignorância que permeava pela grande maioria, em não conhecer a realidade dos povos indígenas, não procuravam conhecer a minha realidade. Com isso, e em vários momentos, soltavam palavras que muitas vezes ofendiam a mim e meu o povo, isso dentro do espaço acadêmico.

Depois de algum tempo, consegui fazer uma reflexão sobre os principais aspectos de mudança a partir da entrada na universidade; me despertei, sentimentos jamais vivenciados foram sentidos. Foi nesse momento que algumas respostas começaram a aparecer, e muitas indagações também surgiram. Sempre soube quem eu era e de onde eu era, pois



saber disso faz parte da minha educação indígena. Me ensinaram assim, e a partir disso, me fortaleci, enquanto mulher Kaingang e acadêmica indígena.

Devo relatar que foram alguns anos de idas e vindas, de choros e risos. Voltei várias vezes para terra indígena, era lá, e continua sendo lá, o meu primeiro refúgio, o lugar onde sempre quero estar, porque ainda é lá, que os meus estão. É de lá, também, que trago toda minha força, minha vivência e a minha história. No entanto, a universidade é o lugar que ultimamente mais fico, conseqüentemente, pertencço, e quero continuar ficando e pertencendo, pois durante os longos anos de universidade, tenho aprendido que aqui também pode ser o nosso lugar.

As dificuldades ainda hoje estão presentes na minha trajetória enquanto sujeita dessa realidade histórica e cultural. Depois de ter conseguido concluir a graduação em Serviço Social, na companhia da minha primeira filha. Logo em seguida, tive a oportunidade de trabalhar, no período de um ano como recém formada, no projeto de extensão intitulado “A formação de gestores e professores da escola indígena bilíngue, diferenciada e intercultural e suas narrativas curriculares de resistência”, atuando diretamente com os profissionais e professores indígenas, dentro das escolas estaduais, nas comunidades indígenas. Essa experiência foi única, contribuiu para a minha formação profissional, mas, principalmente, para a minha formação pessoal. Também nesse tempo chegara minha segunda filha, fazendo com que a vida e os estudos ficasse ainda mais desafiador.

Na luta e na resistência de tudo isso, chega aos ouvidos, a possibilidade de ingressar no mestrado. Penso que seja importante falar que a pós graduação só agora começa a ser algo pensado como direito por nós indígenas- É certo afirmar que ainda esse tema é algo muito contemporâneo, pois no Paraná, são somente 18 anos o ingresso de estudantes indígenas nas universidades estaduais⁷. Por isso, eu possa me considerar privilegiada em ser a primeira acadêmica indígena, pertencente a etnia Kaingang a ingressar num curso de mestrado pelo Programa de Pós-graduação⁸.

Como disse anteriormente, também não pensei muito na entrada para o mestrado, as portas foram se abrindo, com certeza, os longos anos de graduação mais a excelente experiência do projeto de extensão, possibilitaram essa entrada. Outro fator essencial nesse processo são as políticas voltadas para o questão indígena. Políticas contempladas por meio do projeto de pesquisa intitulado “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani e financiado pela Coordenação de

⁷ Segundo dados da CUIA estadual, atualmente são cerca de 217 indígenas matriculados nas sete universidades estaduais do Paraná e até 2018 tinham formados 73 indígenas.

⁸ Segundo dados da Cuiá local, estão matriculados 34 indígenas. Até 2018 tinham se formado 14 profissionais nos mais diversos cursos.



Pessoal de Ensino Superior (CAPS), que comecei a fazer parte, devido a entrada no mestrado. Esse projeto, tem como objetivo geral investigar as históricas situações de conflito e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani no território paranaense, fundamentalmente, na região da fronteira Oeste desse estado, evidenciando a emergência e os percursos das lideranças desse grupo étnico diante das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região, ele também é um projeto interestadual, contando com professores e acadêmicos de quatro universidades.⁹

3. Minha experiência enquanto pesquisadora

3.1 A primeira experiência

Ainda sem saber ao certo o que eu estava indo fazer na Reserva Indígena Ocoy¹⁰, viajei uma noite inteira na companhia da minha filha. Ela tinha apenas quatro meses de vida, e já de início a burocracia da universidade dificultou a nossa ida para a terra indígena por ela ser uma bebê de colo. Naquela ocasião eu não tive possibilidade de ir com o transporte que a universidade ofereceu, desse modo, viajei de ônibus fazendo um trajeto de aproximadamente de 470 Km, de Londrina a São Miguel do Iguaçu. Mesmo assim, em nenhum momento isso foi algo que me fizesse desanimar dos estudos. Manifesto isso neste relato para que também apareça nas pesquisas as diversas formas de nos negarem esse espaço. E dizer que, a universidade ainda tem um padrão a ser seguido, em que, muitas vezes, mães com seus filhos pequenos não são contempladas dentro desse espaço, tendo que insistir muito para poder continuar.

Cheguei em São Miguel do Iguaçu, às sete da manhã. Como combinado, fui direto para o hotel, onde me esperavam alguns componentes desse grande grupo de trabalho. Ainda sem conhecer todo mundo, fiquei esperando o restante do pessoal chegar. Nesse período da manhã, já consegui ir na terra indígena. O caminho da cidade até essa terra foi de aproximadamente 15 km de distância. Chegamos lá, por volta das nove horas da manhã. Logo na entrada da comunidade, já fui vendo aspectos parecidos com a comunidade que eu morava; alguns homens carregando varas nas costas, algumas crianças brincando, desenhando na estrada, algumas mulheres fumando em frente às suas casas, outras varrendo o lugar que de imediato identifiquei que fosse a casa de reza, alguns jovens

⁹ As universidades participantes desse projeto são, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro- Oeste do Paraná (UNICENTRO), a ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" - USP/ESALQ. O Projeto também conta com a participação de alunos bolsistas na iniciação científica, Mestrado e Pós-Doutorado.

¹⁰ A Reserva Indígena Ocoy, fica localizado no município de São Miguel do Iguaçu. Sua população total é de 743, segundo dados coletados no Posto de Saúde Local, durante a referida pesquisa de campo.



queimando as folhas juntadas pelas crianças. E, de início, já fui me familiarizando com o ambiente. Tanto foi que desci do carro e já identifiquei o Posto de Saúde; eu fui ver se eles faziam uma inalação na minha filha, que estava com o peito carregado. Nesse primeiro momento, observei que a comunidade tinha casinhas da COHAPAR, energia elétrica, água encanada, carros de saúde, algumas estruturas físicas e comunitárias. A plantação que mais se destacava era a de mandioca, também, batata doce e abobrinha. O artesanato é muito cultivado entre eles também, sendo fonte de renda, vendido em uma lojinha muito bem organizada e de muito bom gosto.

Depois disso, ficamos aguardando o cacique na escola¹¹. Essa estrutura, por sinal estava bem bonita, bem colorida, e com algumas pinturas nas paredes, um espaço grande, sendo direcionada por uma professora não indígena, mas contando com uma pedagoga Avá-guarani, inclusive, mestranda pela UNILA¹² e alguns professores indígenas também. Assim que o cacique chegou, eu o reconheci, pois eu já o havia encontrado em alguns eventos do movimento indígena. Depois dessa aproximação e de resolver alguns detalhes, como por exemplo, a alimentação, o lugar onde iríamos apresentar o projeto e fazer as atividades relacionadas, retornamos para a cidade, onde combinamos de nos encontrar com toda a equipe.

No período da tarde retornamos para a terra indígena, dessa vez, com toda a equipe do projeto. O que foi acordado pela coordenação do projeto, é que iríamos fazer uma apresentação da equipe e da proposta de trabalho para as lideranças, para os professores e para as crianças da escola que ali estavam presentes. Aos poucos eu também entendia melhor o objetivo do projeto e da minha pesquisa, qual era meu lugar como pesquisadora e o que realmente eu tinha que desenvolver nesse trabalho. Só não estava mais nervosa, por conta exatamente do ambiente e das pessoas que me cercavam naquele momento; o carinho e a ótima recepção com toda equipe foi expressivo, por mais que tivesse uma certa desconfiança entre perguntas do tipo, “porque vocês querem falar da nossa história?”. A aproximação era recíproca; isso ficou claro, quando observei minha filha, passando de colo em colo, das crianças aos professores, por toda a sala, num gesto simples, de muito afeto e de característica específica do povo indígena. Nós indígenas desde muito cedo temos responsabilidades com as crianças menores, é possível que seja nessa relação que se desenvolva esse afeto muito peculiar da criança indígena.

Depois de uma tarde inteira de trabalho, fomos convidados a ir para a casa de reza. Para o povo Guarani a casa de reza “Opy”, é onde acontecem os rituais religiosos ligados ao espírito da floresta, Nhanderú. Este espaço também corrobora ao processo educativo e

¹¹ Colegio Estadual Teko Nemoingo, segundo dados coletados na escola durante a pesquisa de campo em agosto de 2018, atualmente 350 estudantes são atendidos pela escola, dos anos iniciais até o ensino médio.

¹² Universidade Federal da Integração Latino-Americana.



transmissão de conhecimentos ancestrais aos mais jovens com objetivo de perpetuar os costumes e a cultura. Outro aspecto que importa destacar no povo Guarani é a sua forte ligação com a espiritualidade. Isso se evidenciou não só nessa ocasião, mas em todos os momentos vividos com eles. Foi na casa de reza que pude perceber o respeito e a sensibilidade do povo Guarani, como eles têm uma energia boa, uma fé inabalável, que a todo instante nos contagiava. Ficamos algumas horas na casa de reza, depois de ter aprendido a respeito do tempo, nos dedicamos ao “tempo Guarani”, sem querer nos atropelar e sem medo de deixar o tempo passar, só sentindo a energia do lugar e ouvindo os seus cânticos.

Foi nesse ambiente, com a presença da grande maioria da comunidade, homens, mulheres, crianças e os velhos, que foi possível observar as afetividades da família extensa. Segundo Novak (2014), a forma de organização social, política e econômica dos Guarani é formada a partir da família extensa, ou seja, grupos macro familiares que ocupam espaços dentro dos territórios Guarani estão baseadas em relações de afinidade e consanguinidade. Ainda, segundo a autora, a família extensa é composta pelo casal, filhos, genros, netos, irmãos e constitui uma unidade de produção e consumo. Cada família extensa tem uma liderança, em geral o avô (*Tamõi*) ou avó (*Jarí*), também percebe-se nesse modo de vida que a figura dos velhos (*Tudja*) é de suma importância, ainda segundo a autora, pois são eles os responsáveis por orientarem os mais novos nas questões religiosas e políticas da comunidade. Nesse sentido, foi possível perceber o modo com que os mais novos tratam os mais velhos; é nítido o respeito, o cuidado e a admiração que todos dispõem sobre eles.

Na mesma oportunidade fomos para a Tekohá Aty Mirin. Uma retomada de terras de 58 famílias dos Avá-Guarani no município de Itaipulândia, aproximadamente 60 Km de distância da Reserva Indígena Ocoy. Nessa Tekohá, fizemos uma visita rápida, conhecemos a escola local que apresentava uma estrutura bastante conservada, pois tinha sido construído pelo o governo estadual para os Jogos Mundiais da Natureza¹³. Todas as janelas e portas ficavam de frente para o lago de Itaipu. Também tinha um enorme farol, que, ao subir para apreciar o lugar, nos perdíamos na imensidade do rio. Realmente o lugar era lindo! Aparentemente tudo naquela comunidade estava funcionando.

Esses primeiros dias foram finalizados com muito leveza, ainda que tenha ficado claro, que esse trabalho de pesquisa de campo faz parte do mestrado. Ainda sim, o lugar e as pessoas que me rodeavam naquele momento me fortaleceram e fizeram com que tudo ficasse mais fácil e tranquilo.

¹³ Os Jogos se realizaram de 27 de setembro a 5 de outubro de 1997, reunindo 809 atletas de 55 países dos cinco continentes. Ao longo dos 1,4 mil km da Costa Oeste, entre os dois polos principais – Foz do Iguaçu e Guaira.



3.2 A segunda experiência

Retornamos para o nosso segundo encontro, desta vez, levei novamente minha filha em um carro de um dos professores que compõe a equipe. Quando chegamos no hotel em Santa Helena, estava noite. Logo na entrada fomos informados por uma professora que fazia a logística da equipe, sobre as dificuldades em reservar vagas nos hotéis da cidade, pelo simples fato de parte da equipe ser indígenas. Era explícita por toda cidade a negação dos não índios com relação aos indígenas. Havia adesivos com o lema “Confisco da Funai, contra a demarcação”, nas lojas, restaurantes, mercados, posto de gasolina e até na camionete do dono do hotel que estávamos hospedados.

Foi no café da manhã, em meios aos cumprimentos, que conseguimos reunir o grupo inteiro. Depois disso, fomos para a Terra Indígena Tekohá Itamarã¹⁴. Essa comunidade ficava mais ou menos uns 50 Km de distância da cidade. No trajeto para a aldeia a paisagem se modificava, da grandeza das plantações de soja, a pasto cheios de cabeças de bois. Do alto da montanha conseguíamos avistar a Tekohá, onde também era de lá que também se via uma enorme floresta verde ao redor da comunidade. Assim que desembarcamos o cacique e as lideranças vieram ao nosso encontro. Fomos direto pra casa de reza e, outra vez, eles deixam claro a importância daquele lugar. A casa de reza também chamava atenção, um lugar grande, feita de paus roliços e coberta com telhas. Lá havia uma placa dizendo que a construção foi feita com recursos da Usina Itaipu, para incentivo à cultura dos povos tradicionais.

Foi ali mesmo que nos apresentamos e expusemos o nosso trabalho coletivo e individual. Esse momento foi bastante rico pois ali estavam presentes lideranças emblemáticas da região oeste do Paraná, com bagagens de uma vida inteira de luta e de representatividade. Em cada fala eu conseguia me enxergar cada vez mais como indígena, por compartilhar das suas narrativas de vida no cotidiano da aldeia, pelas dificuldades enfrentadas por nós pesquisadoras nesse trabalho e por entender todo processo. Depois de algum tempo de conversa, fomos para a escola local¹⁵, um lugar agradável, com aspecto bom e bonito. Havia grafismos nas paredes, um na entrada do colégio com uma frase bem forte que dizia: “*Oity nhande rakã, oapy nhande rapyta, ndoipe'ai nhande rapo, Nhanderu rexay ombo hoky jey hogue*”. Traduzindo¹⁶ para ao Avá-Guarani ficou: “Cortaram nossos

¹⁴ Está localizada no município de Diamante d' Oeste, sua população aproximada é de 183 pessoas. Conta com energia elétrica e água encanada segundo dados coletados com o Cacique nesse trabalho de campo.

¹⁵ Colégio Estadual Indígena Araju Porã, atende cerca de 33 crianças das séries iniciais ao Ensino Fundamental

¹⁶ Essa frase foi traduzida pelo acadêmico Avá-Guarani do curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina e também integrante do projeto de pesquisa.



galhos, queimaram nosso tronco, mas não tiraram nossa raiz e a lágrima do nosso Deus que fez brotar nova árvore”

Essa frase era refletida diretamente nas falas das lideranças e dos membros da comunidade; nelas ficam visível o quando tinha sido árduo a luta até aquele momento. O quão forte teve que ser para poder usufruir de direitos fundamentais básicos, como por exemplo, a educação, a saúde, a terra, a alimentação, a moradia, a água e tantos outros. A presença da liderança na fala dos Avá-Guarani impressiona pelo grau de conhecimento. Luciano, (2006), expõe que os saberes ancestrais são passados por meio da oralidade, sendo transmitida de geração em geração, isso é uns ensinamentos contributivos para a formação do caráter e comportamentos dos indígenas.

As lideranças tradicionais têm o papel de representar, coordenar, articular e defender os interesses dos sibs, dos clãs, das fraternias e do povo como uma responsabilidade herdada dos pais a partir das dinâmicas sociais vigentes[...]. O posto de cacique é geralmente herdado de pai para filho entre os pertencentes a clãs ou a linhagens superiores, ou de uma combinação entre estes e seus afins, ou aliados políticos ou econômicos. Os conselheiros e os auxiliares do cacique também devem ocupar um lugar na lógica da estrutura social do grupo. Tal estrutura segue uma orientação cosmológica constituída desde a criação do mundo, expressa nos mitos de origem e reproduzida e revivida por meio dos ritos e cerimônias. (p.65)

Nesse segundo encontro, nos comprometemos em apresentar o projeto de pesquisa para toda a equipe, foi um momento bem importante, pois nessa apresentação, foi possível compartilhar um pouco mais sobre as atividades acadêmicas que todos vem desenvolvendo e que o projeto exige. Dividir os nossos trabalhos, colocar as nossas principais dúvidas e tentar deixar o projeto praticamente fechado, esse foi um dos trabalhos feitos na Tekohá.

Visitamos outra Terra indígena Tekohá Anetete¹⁷, uns 5 Km adentro da Tekohá que estávamos. Conhecemos o colégio¹⁸ e, como de combinado, o cacique já nos esperava na sombra de um enorme barracão. O sol estava muito forte, mas o dia era lindo, a visita foi rápida. Depois de realizar todo o processo de apresentação e exposição do projeto, e de ter feitos algumas entrevistas, fui na companhia dos indígenas integrantes do projeto, algumas crianças da comunidade e a minha filha, em um riozinho que passava no meio da aldeia. O lugar era longe, só se via pasto de boi, mas a sensação, era a mesma de estar na minha comunidade.

Fizemos ainda algumas visitas muito rápidas, em alguns acampamentos ao redor da cidade de Santa Helena, neles a realidade se mostrou outra. Observei que não tinha água potável, energia elétrica e as condições de moradias eram precárias, segundo alguns breves relatos, diversas vezes falta o essencial, a comida.

¹⁷ Localizada no município de Diamante do Oeste, a comunidade tem cerca de 280 Avá-Guarani. Naquele espaço pude perceber a existência de casas da COHAPAR, energia elétrica, água encanada e, plantam mandioca e milho. Dispõe de alguns maquinários de trabalho, como por exemplo, trator e roçadeira.

¹⁸ O Colégio Estadual Indígena Kuaa Mbo, atende cerca de 133 crianças da educação Infantil a Ensino fundamental, segundo dados coletados com o Diretor, e dentre os colégios visitados pelo nosso projeto, esse foi o único que constatamos que tinha uma quadra de esportes coberta.



Nessa viagem pude observar realidades adversas. A força da liderança para impulsionar sua comunidade é feita de várias estratégias, no qual prevalecem os acertos e os combinados, mas que as lutas e as vitórias do cotidiano são de todos.

3.3 A terceira experiência

A nossa terceira e última viagem ocorreu no final do ano passado. Dessa vez, decido por desmamar a minha filha e não a levo comigo. Assim, pude ir com o transporte da universidade, juntos com os colegas de equipe, o destino agora era Guaíra.

O nosso primeiro dia de trabalho começa na Tekohá Jevy, chegamos cedo como de costume. Ao desembarcar, nos deparamos com toda a comunidade nos esperando na casa de reza. Eles tinham organizado praticamente tudo, o café da manhã, o lugar onde aconteceriam as oficinas, as principais pessoas que poderiam nos dar entrevistas e até o almoço. Fiquei impressionada com tamanha organização. Trabalhamos o dia inteiro, fizemos várias entrevistas, ouvi histórias incríveis e conheci pessoas mais que especiais.

Visitamos o Tekohá Marangatú¹⁹ onde realizamos os trabalhos de oficinas e entrevistas na escola, e também foi ali que foram feitos os rituais dos Guarani.

No último dia de trabalho fizemos visitas rápidas em alguns acampamentos que ficam em volta de Guaíra, dentre eles Tekohá Mirin, Tekohá Taturi e Tekohá Porã. O objetivo dessas visitas eram entrevistar caciques, professores, lideranças velhas e mulheres que fazem frente a esse movimento de luta pelas terras dos Avá-Guarani. A região que os cercam é pautada na agricultura e o no agronegócio.

Foi possível observar que as condições de vidas dos Avá-Guarani desse lugar são muito subjetivas. As dificuldades se evidenciam em meio ao preconceito e à discriminação vivenciados por eles no dia a dia, alicerçados em diversos discursos de uma suposta “superioridade racial”. É importante salientar que a necessidade de desconstruir esses preconceitos e entender que a comunidade indígena é muito rica culturalmente, e que apesar de todo o avanço tecnológico ela precisa ser respeitada e entendida com suas peculiaridades, sagrando a diversidade cultural e histórica dos grupos tradicionais.

4. Reflexões Finais

A entrada na universidade pública, por meio do vestibular específico para os povos indígenas, fez com que a minha realidade mudasse completamente. Mas, para além disso,

¹⁹ Está localizada no município de Guaíra, bem próximo da cidade e tem cerca 72 famílias.



esse novo momento de indígenas ingressando nas universidades, vem alterando a vida no cotidiano dos povos indígenas e conseqüentemente a realidade das suas comunidades em geral. Nas duas últimas décadas tem sido possível observar os impactos das mudanças ocorridas após a inserção de indígenas no ensino superior, principalmente, em universidades públicas, com isso, aumentou o número de profissionais indígenas atuando dentro das suas comunidades, algo muito significativo para nós. Ao longo dos mais de 500 de história brasileira, isso nunca tinha ocorrido, muito menos, esse assunto ter prioridade nas agendas para discussão das políticas públicas. Pois nos viam como seres humanos selvagens ou relativamente incapazes e não nos permitiam ter acesso ao conhecimento em detrimento da dominação de grupos empresariais e latifundiários.

Os dados aqui apresentados demonstram as mudanças ocorridas, após a criação de políticas sociais públicas voltadas aos povos indígenas o qual neste processo destaca-se as reformas do ensino e a criação de leis e decretos específicos para povos tradicionais e indígenas que possibilitou a criação do sistema de cotas, um reparo social diante da dívida histórica do Brasil com esses povos e que garantiu a inclusão de negros e indígenas no ensino superior e na pós-graduação.

A oportunidade de vivenciar a experiência de campo, como uma pesquisadora sujeita desse contexto, demonstra que cada vez mais podemos e estamos chegando em lugares e espaços nunca alcançados.

Começamos a perceber a importância, de pesquisar e (re)escrever a história a partir da nossa realidade, estamos no começo de um novo momento para as populações indígenas, e para a história do Brasil pois nunca antes teve tantos indígenas nas pós graduações. Ainda que seja um processo longo e de aprendizado de ambas as partes, no ambiente da universidade, começamos a nos tornar visíveis adquirindo o respeito como indígenas que somos. Nesse sentido, evidenciamos cada vez mais o quanto necessário é o envolvimento e a participação das instituições de ensino, organizações e sociedade nesse contexto, e da importância de se abrirem para essa realidade, e perceberem a necessidade de financiamento seja público ou privado para a ampliação de projetos de pesquisa e extensão que contemple os estudantes indígenas desde a iniciação científica, ao mestrado e doutorado e porque não o pós-doutorado. Isso implicará diretamente na (re)construção da nova história brasileira que passa a ser contada não aos olhos daqueles que nos colonizaram, mais sim pelos sujeitos que são protagonistas dessa história, apresentando e dando visibilidade aos verdadeiros construtores e contadores da história que será nós mesmos, indígenas, negros, e todo o povo que foi e continua sendo reprimido mas que formam esta sociedade.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA Fábio. **Guarani Kaiowa e Nãndeva**. Outubro/2003. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso julho de 2013.

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. 2010, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BRASIL, Lei Estadual nº 13.134/2001, Janeiro/2019 <www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36> acesso em março/2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani>> Acesso em 12 de jan.2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. *Os Organismos Internacionais, a Educação Superior para Indígenas nos anos de 1990 e a Experiência do Paraná*: estudo das ações da Universidade Estadual de Maringá. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.